



RELATÓRIO DE GESTÃO **2018**





Índice

I - Introdução	3
II - Enquadramento	4
III - Execução do orçamento	5
Análise global	5
Equilíbrio orçamental	6
Fluxos financeiros	6
IV - Análise da receita	7
Execução da receita	7
Modificações orçamentais da receita	8
Evolução da receita	8
Evolução dos impostos diretos	10
Evolução das transferências obtidas	11
Evolução da receita de capital	12
V - Análise da despesa	13
Execução da despesa	13
Evolução da despesa	13
Evolução da despesa com pessoal	15
VI - Análise da situação económica e financeira	17
Análise do balanço	17
Análise da demonstração de resultados	18
Análise da dívida	19
Evolução da dívida bancária	21
Endividamento municipal	21
Prazo médio de pagamentos	24
VII - Proposta de aplicação de resultados	24
VIII - Anexo às demonstrações financeiras	25



I - Introdução

O exercício de 2018 registou uma receita total bruta de mais de 19 milhões de euros, consubstanciando-se numa taxa de execução orçamental de 86,6%.

Registe-se que a **Receita** total aumentou 1,694 milhões de euros face a 2017, quando já tinha aumentado 542 mil euros face a 2016, registando-se o aumento de mais de 1,420 milhões de euros nas receitas correntes.

Dos 19 milhões de euros de receita executada, 16,05 milhões corresponderam a Receita Corrente e 3,074 milhões a Receita de Capital.

A **Despesa Corrente** foi 2,8 milhões de euros inferior à Receita Corrente, o que permitiu canalizar 2,8 milhões de euros de Receita Corrente para Despesa de Capital, tal permitindo atingir o montante de 5,1 milhões de euros em Despesa de Capital. Tal está, aliás, em linha com o conseguido nos dois exercícios precedentes, em que se conseguiu acrescida libertação de fundos correntes para aplicar em investimentos.

Estes valores refletem a preocupação do Município em canalizar as suas receitas correntes para despesas de investimento. De facto, **apesar do aumento de 1,42 milhões de euros na receita corrente** – aumento de 9,71% face ao ano anterior – **a despesa corrente apenas aumentou cerca de 358 mil euros**.

A 31 de dezembro de 2018 a **dívida total** do Município a terceiros apresentou um valor de 4,8 milhões de euros (-797 mil euros face a 2017), sendo constituída em 85% por dívida de médio e longo prazo e em 15% por dívida de curto prazo. Da forte redução da dívida nos últimos exercícios, resultou que a dívida total do município passou 13 milhões em 2012 para 5,6 milhões de euros no final do exercício de 2017 e para 4,8 milhões de euros em 2018. Registe-se que a dívida do Município em 2018 voltou a diminuir face ao ano anterior.

Em 2018 o prazo médio de pagamento do município baixou para 27 dias.



II - Enquadramento

O relatório de gestão de 2018 foi elaborado em observância do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e faz parte integrante dos documentos de prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas (TC), nos termos das Resoluções nºs 4/2001 e 26/2103 - 2ª Secção do TC.

No relatório são apresentados e analisados os resultados da execução do orçamento e das grandes opções do plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos e disponibilizada informação sobre o equilíbrio orçamental, as fontes de financiamento, as áreas do investimento e ainda a proposta de integração no orçamento de 2019 do saldo de disponibilidades orçamentais, apurado no fim do exercício de 2018.

No âmbito patrimonial destacam-se os dados relativos às demonstrações financeiras, à evolução do endividamento de curto, médio e longo prazo e à proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício.

Para evidenciar os dados produzidos em cada capítulo do relatório de gestão foram elaborados quadros e gráficos contemplando as variações das execuções dos anos anteriores.

Fazem parte de um documento autónomo, os mapas de prestação de contas elaborados à luz do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Este relatório merece uma menção especial ao enquadramento dos municípios no atual contexto económico e financeiro nacional, face às medidas de consolidação orçamental, ao processo de redução do défice e controlo da dívida pública.



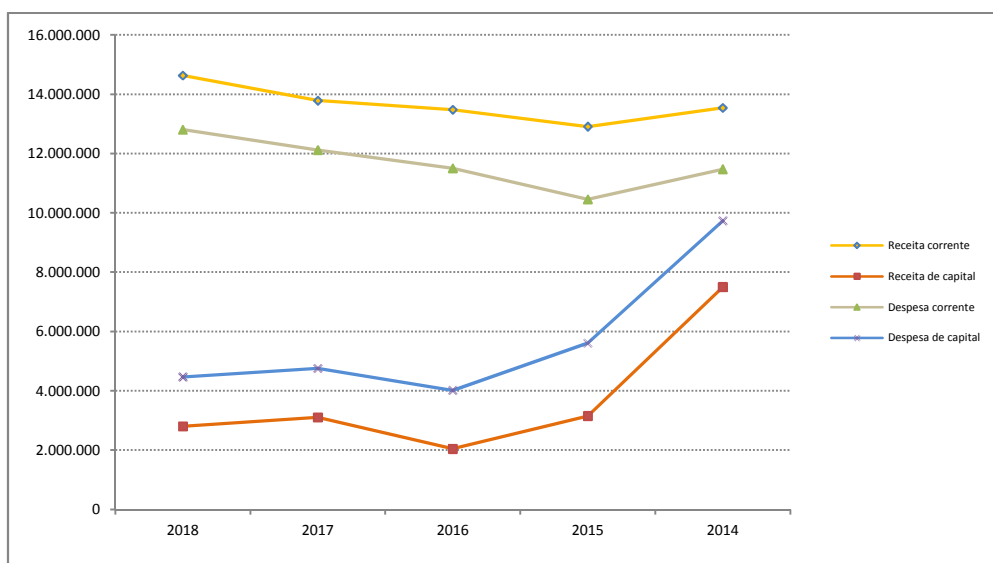
III - Execução do orçamento

Análise global

Evolução da execução orçamental

Execução orçamental	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2017-2018	Variação 2016-2017	Variação 2015-2016	Variação 2014-2015
	€								
Receita corrente	16.055.680	14.634.806	13.786.235	13.480.079	12.910.938	9,71%	6,2%	2,3%	4,4%
Receita de capital	3.074.575	2.800.753	3.107.114	2.041.924	3.152.882	9,78%	-9,9%	52,2%	-35,2%
Total	19.130.255	17.435.558	16.893.348	15.522.004	16.064.221	9,72%	3,2%	8,8%	-3,4%
Despesa corrente	13.163.781	12.805.155	12.119.141	11.504.819	10.456.804	2,80%	5,7%	5,3%	10,0%
Despesa de capital	5.156.812	4.468.501	4.757.803	4.015.631	5.607.044	15,40%	-6,1%	18,5%	-28,4%
Total	18.320.593	17.273.656	16.876.944	15.520.450	16.063.849	6,06%	2,4%	8,7%	-3,4%

Evolução da execução orçamental



Os quadros que retratam a evolução da execução orçamental nos últimos anos, merecem as seguintes observações:

O período em análise registou uma execução total média na receita e na despesa de cerca de 19 milhões de euros;

A Receita Corrente teve uma evolução positiva no ano de 2018, registando um aumento face ao ano 2017 de cerca de 1,420 milhões de euros;

A Receita de Capital aumentou em 2018 relativamente a 2017 cerca de 273 mil euros.

A Despesa total paga acompanhou a receita global arrecadada.



No ano de 2018 a Despesa Corrente teve um aumento de cerca de 358 mil euros, face ao registado no exercício anterior, enquanto que a Despesa de Capital aumentou 688 mil euros.

Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental 2018	
€	
Receita corrente executada	16.055.680
Despesa corrente executada	13.163.781
Saldo corrente	2.891.899
Amortizações médias do ano 2018	851.499
Equilíbrio orçamental	2.040.400

O princípio do equilíbrio orçamental exige que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

Receita e despesa/ poupança corrente	2018	2017	2016	2015	2014
	€				
Receita corrente executada	16.055.680	14.634.806	13.786.235	13.480.079	12.910.938
Despesa corrente executada	13.163.781	12.805.155	12.119.141	11.504.819	10.456.804
Poupança corrente	2.891.899	1.829.651	1.667.094	1.975.261	2.454.134

O quadro anterior deixa claro que, ao longo dos anos em análise, tem sido cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, o que permitiu a libertação de fundos para aplicar em investimento. Como resultado constata-se que no ano 2018 foi possível transferir 2.891.899 € de receita corrente para despesa de capital.

Fluxos financeiros

Movimentos financeiros-orçamentais e de operações de tesouraria (OT)					
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo Transitado de 2017		1.165.580	Despesa Paga		18.320.592
Orçamental	180.233		Orçamental	13.163.780	
OT	985.347		OT	5.165.812	
Receita Arrecadada		19.130.254	Saldo a transitar para 2019		2.156.596
Orçamental	16.055.680		Orçamental	989.895	
OT	3.074.574		OT	1.166.700	

O quadro dos fluxos financeiros sintetiza os movimentos financeiros associados a todos os recebimentos e pagamentos, ocorridos na gerência de 2018, referentes à execução orçamental e às operações de tesouraria, acrescido dos



correspondentes saldos da gerência de 2017 e os saldos a transitar para a gerência de 2019. O valor global de entrada de fundos atingiu cerca de 19,1 milhões de euros, excepcionado dos saldos transitados da gerência anterior, sendo que 16 milhões de euros representaram receita orçamental corrente e cerca de 3 milhões dizem respeito a receitas de capital.

Os pagamentos efetuados ascenderam a cerca de 18,3 milhões de euros, dos quais 13,1 milhões de euros reportam-se a despesa orçamental corrente e 5,1 milhões de euros a despesas de capital.

Os saldos finais da gerência de 2018 totalizaram 2.156.596,04 euros, dos quais 989.895,22 euros respeitaram à execução orçamental e 1.166.700,8 euros a operações de tesouraria.

IV - Análise da receita

Execução da receita

Receita orçamentada e executada

Receita orçamentada e cobrada	Previsão inicial	Previsão final	Executado líquido	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Impostos diretos	5.579.116	5.579.116	7.303.165	130,90%	130,90%
Impostos indiretos	374.635	374.635	176.360	47,08%	47,08%
Taxas, multas e outras penalidades	600.576	261.426	77.670	12,93%	29,71%
Rendimentos de propriedade	974.198	974.198	1.077.583	110,61%	110,61%
Transferências correntes	5.521.916	5.521.916	4.813.285	87,17%	87,17%
Venda de bens e serviços	2.633.921	2.633.921	2.237.067	84,93%	84,93%
Outras receitas correntes	110.002	110.002	205.180	186,52%	186,52%
Total da receita corrente	15.794.364	15.455.214	15.890.309	100,61%	102,82%
Venda de bens de investimento	896.802	896.802	372.885	41,58%	41,58%
Transferências de capital	8.043.691	3.408.519	1.612.397	20,05%	47,30%
Ativos financeiros	10	10	0	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	2.577.122	2.171.659	1.089.293	42,27%	50,16%
Outras receitas de capital	11	11	0	0,00%	0,00%
Total da receita de capital	11.517.636	6.477.000	3.074.575	26,69%	47,47%
Saldo da gerência incorporado		180.233	180.233		
Total geral	27.312.000	22.112.448	19.145.117	70,10%	86,58%

Como se pode constatar no quadro acima, em 2018 a receita executada atingiu 86,58%, relativamente à previsão final, cumprindo assim o estabelecido na legislação em vigor.

A Receita Corrente representou cerca de 83% da receita global e superou a receita de capital em 12,9 milhões de euros.

Em relação ao orçamentado, a Receita Corrente registou uma taxa de execução em 100,61% e face aos valores corrigidos superou os 102%

A taxa de execução da Receita de Capital ultrapassou os 47%, em grande parte devido à venda de bens de investimento e a inclusão no orçamento dos passivos financeiros (empréstimos) contraídos no ano 2018.



A Receita de Capital representou 16% da receita total. A execução desta receita fica, contudo, aquém do esperado mormente devido ao atraso de transferências de capitais originárias de fundos comunitários.

Modificações orçamentais da receita

Alterações e revisões orçamentais da receita

Rubricas	Valor
	€
Receitas Correntes	15.794.364
Receitas de Capital	11.517.636
Orçamento Inicial	27.312.000
Alterações à receita	-5.199.552
Orçamento Final	22.112.448

Analisado o quadro supra verifica-se que ao orçamento inicial foram excluídos 5.199.55€ de receitas previstas no orçamento inicial, essencialmente, receitas provenientes das transferências de capitais (fundos comunitários) não arrecadados. Contudo, a taxa de execução atinge o valor de 86,58 %.

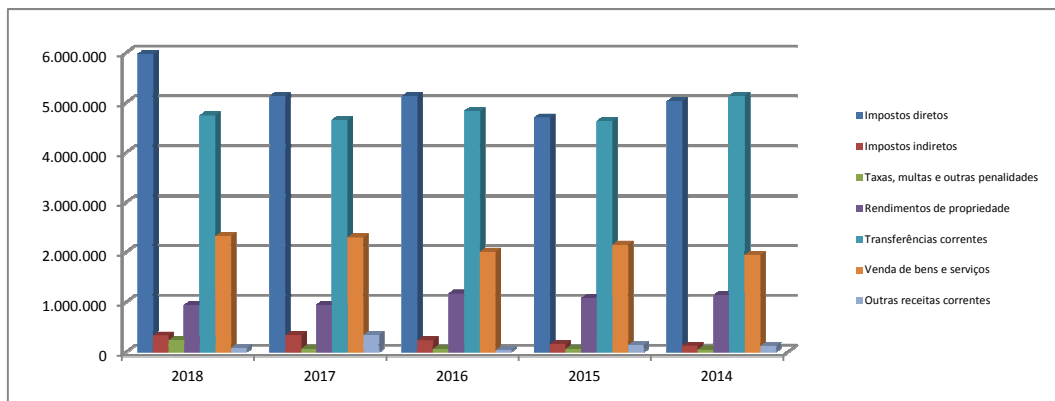
Evolução da receita

Evolução da receita

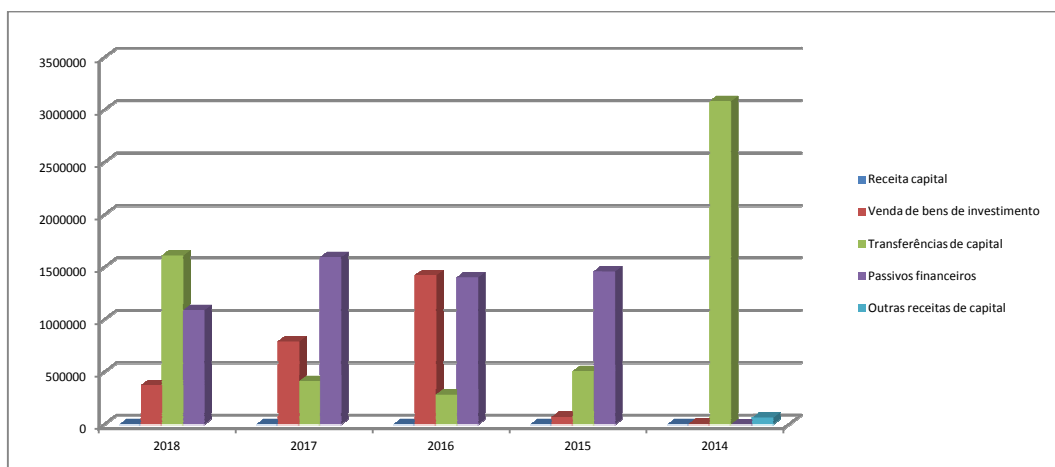
Designação	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2018-2017	Variação 2017-2016	Variação 2016-2015	Variação 2015-2014
	€								
Impostos diretos	7.468.536	5.971.581	5.137.487	5.132.963	4.700.206	25,07%	16,24%	0,09%	9,21%
Impostos indiretos	176.360	330.215	338.893	234.286	156.437	-46,59%	-2,56%	44,65%	49,76%
Taxas, multas e outras penalidades	77.670	236.476	67.255	57.804	60.620	-67,16%	251,61%	16,35%	-4,65%
Rendimentos de propriedade	1.077.583	945.991	947.617	1.173.727	1.079.728	13,91%	-0,17%	-19,26%	8,71%
Transferências correntes	4.813.285	4.742.822	4.650.201	4.831.042	4.624.069	1,49%	1,99%	-3,74%	4,48%
Venda de bens e serviços	2.237.067	2.325.919	2.298.980	2.010.542	2.153.016	-3,82%	1,17%	14,35%	-6,62%
Outras receitas correntes	205.180	81.802	345.801	39.714	136.862	150,82%	-76,34%	770,72%	-70,98%
Total da Receita Corrente	16.055.680	14.634.806	13.786.235	13.480.079	12.910.938	9,71%	6,16%	2,27%	4,41%
Venda de bens de investimento	372.885	790.453	1.421.718	72.910	4.613	-52,83%	-44,40%	1849,95%	1480,40%
Transferências de capital	1.612.396	414.028	283.073	509.014	3.084.312	289,44%	46,26%	-44,39%	-83,50%
Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.089.293	1.596.271	1.402.323	1.460.000	0	-31,76%	13,83%	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital			0	0	63.957	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%
Total da receita de capital	3.074.574	2.800.753	3.107.114	2.041.924	3.152.882	9,78%	-9,86%	52,17%	-35,24%
Saldo da gerência incorporado	180.233	18.331	2.299	0	400				-100,00%
Total geral	19.310.488	17.453.890	16.895.647	15.522.004	16.064.221	10,64%	3,30%	8,85%	-3,38%



Evolução da Receita Corrente



Evolução da Receita de Capital



Os quadros anteriores permitem analisar a evolução das receitas cobradas no período compreendido entre 2018 e 2014.

A receita total bruta ascendeu em 2018 a 19,3 milhões de euros, representando um aumento de 1,8 milhões de euros face a 2017.

Na Receita Corrente ressalta o aumento de 1,4 milhões de euros face ao ano 2017. Na estrutura da receita, a Receita Corrente tem-se constituído, ao longo dos últimos anos, a principal fonte de financiamento do Município.

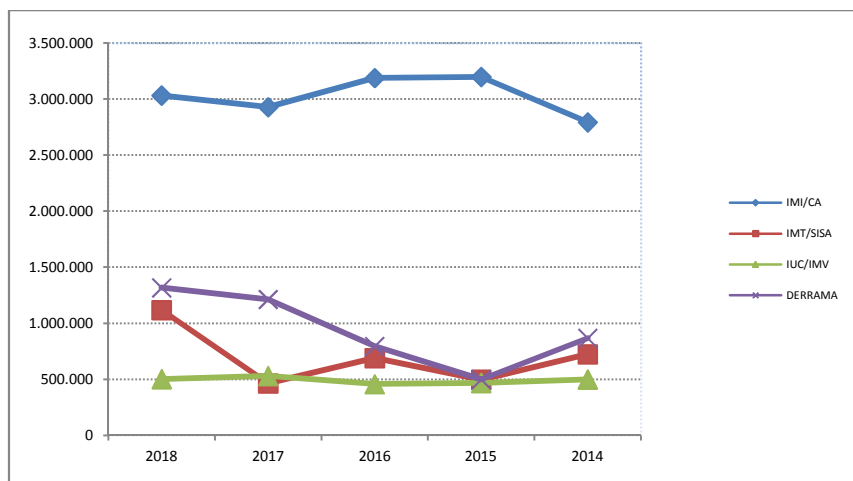
A Receita de Capital aumentou em 2018 cerca de 270 mil euros face ao mesmo período de 2017. Este aumento deve-se, sobretudo, ao montante da rubrica de transferências de capital e de passivos financeiros.



Evolução dos Impostos Diretos

Impostos Diretos	2018	2017	2016	2015	2014	Varição 2018/17
	€					
IMI/CA	3.089.269	3.032.516	2.928.191	3.188.319	3.198.173	1,87%
IMT/SISA	2.460.877	1.118.272	464.632	690.506	497.628	120,06%
IUC/IMV	530.561	503.259	530.846	458.389	468.663	5,43%
DERRAMA	1.386.483	1.317.213	1.213.779	795.104	499.515	5,26%
IMPOSTOS ABOLIDOS	1.345	321	39	644	956	318,82%
Total	7.468.536	5.971.581	5.137.487	5.132.963	4.664.936	25,07%

Evolução dos Impostos Diretos



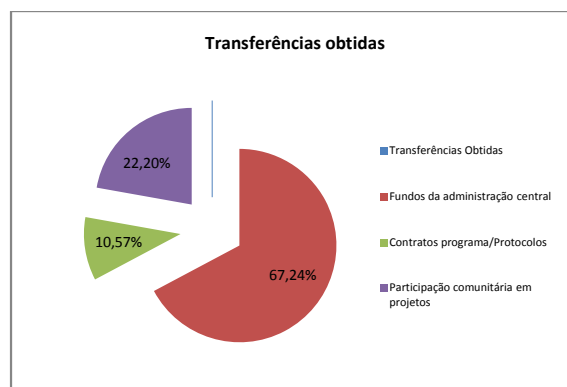
No cômputo global a receita dos impostos aumentou em 2017/2018, cerca de 1 milhão e 400 mil euros face aos valores registados em 2017.

O IMT em 2018 registou uma variação positiva de 1.342.605€ relativamente ao período homólogo de 2017, quando já tinha aumentado 653.640€ em 2017 relativamente ao período de 2016, bem como a receita de IMI que regista um aumento de 56.753€. A derrama, por sua vez, atinge, em 2018 o montante de 1.386.483€, o que reflete um aumento de 69.270€ face aos valores registados em 2017. Verificamos, assim, que nos anos de 2010 a 2013, a cobrança da derrama apresentou variações positivas, registando-se um aumento contínuo desta receita, fazendo-a quase duplicar. No entanto, a derrama cobrada em 2014 quebrou registando valores semelhantes aos registados em 2010. Em 2016, esta receita atingiu o valor de 1.213.779€, em 2017 o valor de 1.317.213€ e em 2018 o valor mais alto dos últimos anos - 1.386.483€.



Evolução das transferências obtidas

Designação	2018	2017	2016	2015	2014	Peso 2018	Peso 2017	Variação 2018-2017
	€							
Fundos da administração central	4.320.450	4.264.088	4.138.062	4.090.144	3.979.242	67,24%	82,69%	1,32%
Corrente	4.023.261	3.964.519	3.854.989	3.808.840	3.704.212	62,61%	76,88%	1,48%
Capital	297.189	299.569	283.073	281.304	275.030	4,63%	5,81%	-0,79%
Contratos programa/Protocolos	678.972	536.745	778.709	882.910	754.139	10,57%	10,41%	26,50%
Corrente	678.972	724.828	778.709	882.910	645.222	10,57%	14,06%	-6,33%
Capital	0	0	0	0	108.917	0,00%	0,00%	0,00%
Participação comunitária em projetos	1.426.261	53.476	16.503	367.002	2.975.000	22,20%	1,04%	2567,12%
Corrente	111.053	53.476	16.503	139.292	274.635	1,73%	1,04%	107,67%
Capital	1.315.208	114.459	0	227.710	2.700.365	20,47%	2,22%	1049,06%
Total das transferências correntes	4.813.285	4.742.822	4.650.201	4.831.042	4.624.069	74,91%	91,97%	1,49%
Total das transferências de capital	1.612.397	414.028	283.073	509.014	3.084.312	25,09%	8,03%	289,44%
Total	6.425.682	5.156.850	4.933.274	5.340.056	7.708.381	100,00%	100,00%	24,60%



No último ano as transferências obtidas aumentaram cerca de 1,2 milhões de euros. No que se refere às transferências correntes, registamos uma variação positiva no montante de 70 mil euros. As transferências de capital registaram um aumento de 1,2 milhões de euros face aos valores registados em 2017, justificado pelo aumento das transferências de fundos comunitários.



Evolução da Receita de Capital

Designação	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2018-2017
	€					
Venda de bens de investimento	372.885	790.453	1.421.718	72.910	4.613	-52,83%
Terrenos	369.751	761.064	1.308.127	0	0	-51,42%
Edifícios/Habitações	0	29.182	112.629	71.655	4.000	-100,00%
Outros	3.134	207	962	1.256	613	1416,67%
Transferências de capital	1.612.397	414.028	283.073	509.013	3.084.312	289,44%
Empresas públicas	0	0	0	0	3.377	0,00%
Fundo de equilíbrio financeiro	297.189	299.569	283.073	281.304	275.030	-0,79%
Estado - projetos cofinanciados	1.315.208	114.459	0	227.709	2.700.365	1049,06%
Outras	0	0	0	0		
Ativos financeiros		0	0	0	0	0,00%
Empréstimos a M/L prazos-Famílias	0	0	0	0	0	
Passivos financeiros	1.089.293	1.596.271	1.402.323	1.460.000	0	-31,76%
Empréstimos a curto prazo	600.000	600.000	1.000.000	1.460.000		0,00%
Empréstimos a M/L prazos	489.293	996.271	402.323	0	0	-50,89%
Outras receitas de capital			0	0	63.957	0,00%
Total da receita de capital	3.074.575	2.800.752	3.107.114	2.041.924	3.152.882	9,78%
Saldo da gerência anterior	180.233	18.331	2.299	0	400	
Total	3.254.808	2.819.083	3.109.412	2.041.924	3.153.282	15,46%

As receitas de capital em 2018 aumentaram cerca de 435 mil euros (considerando a incorporação do saldo de gerência) face ao ano anterior. Em 2017 estas receitas registaram um decréscimo de cerca de 290 mil euros, em 2016 registaram um aumento de 1 milhão de euros, enquanto em 2015 tinham registado uma diminuição de 1,1 milhões de euros depois de se ter assistido a uma diminuição de 4,5 milhões de euros em 2014/2013.

Na estrutura da receita de capital, em 2018, estão patentes as receitas provenientes da venda de bens de investimentos, e as receitas originárias dos fundos comunitários.



V - Análise da despesa

Execução da despesa

Despesa orçamentada e executada

Despesa orçada e executada

Orçamento da despesa por classificação económica	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Despesas com pessoal	5.275.393	5.226.939	5.187.918	98,34%	99,25%
Aquisição de bens e serviços	7.633.558	7.014.920	6.258.688	81,99%	89,22%
Juros e outros encargos	82.008	46.008	35.123	42,83%	76,34%
Transferências correntes	1.370.466	1.434.420	1.335.192	97,43%	93,08%
Subsídios	2.224	2.224	0	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	240.222	428.122	346.858	144,39%	81,02%
Total das despesas correntes	14.603.871	14.152.633	13.163.781	90,14%	93,01%
Aquisição de bens de capital	11.284.298	5.740.750	3.118.274	27,63%	54,32%
Transferências de capital	194.227	289.727	116.919	60,20%	40,36%
Ativos financeiros	87.210	66.210	65.407	75,00%	98,79%
Passivos financeiros	1.142.392	1.862.892	1.856.212	162,48%	99,64%
Outras despesas de capital	2	235	0	0,00%	0,00%
Total das despesas de capital	12.708.129	7.959.815	5.156.812	40,58%	64,79%
Total geral	27.312.000	22.112.448	18.320.593	67,08%	82,85%

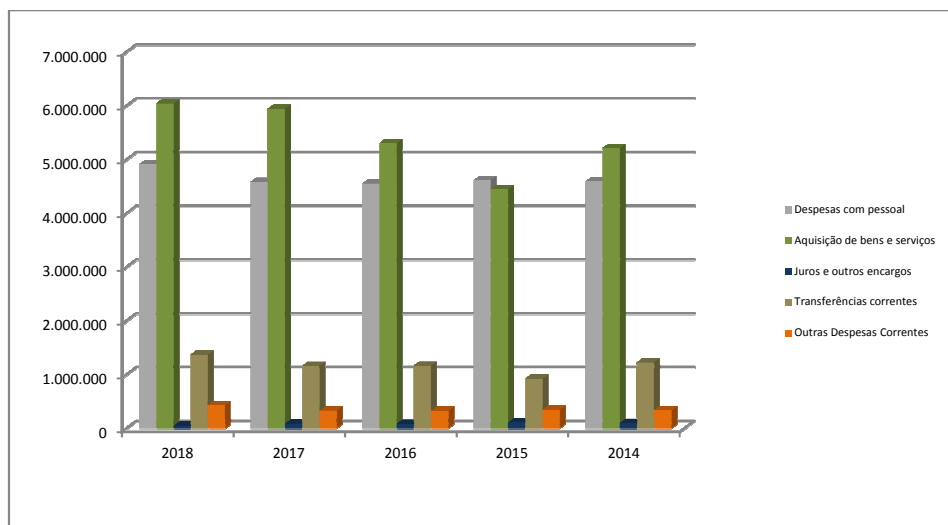
Evolução da despesa

Despesa Executada

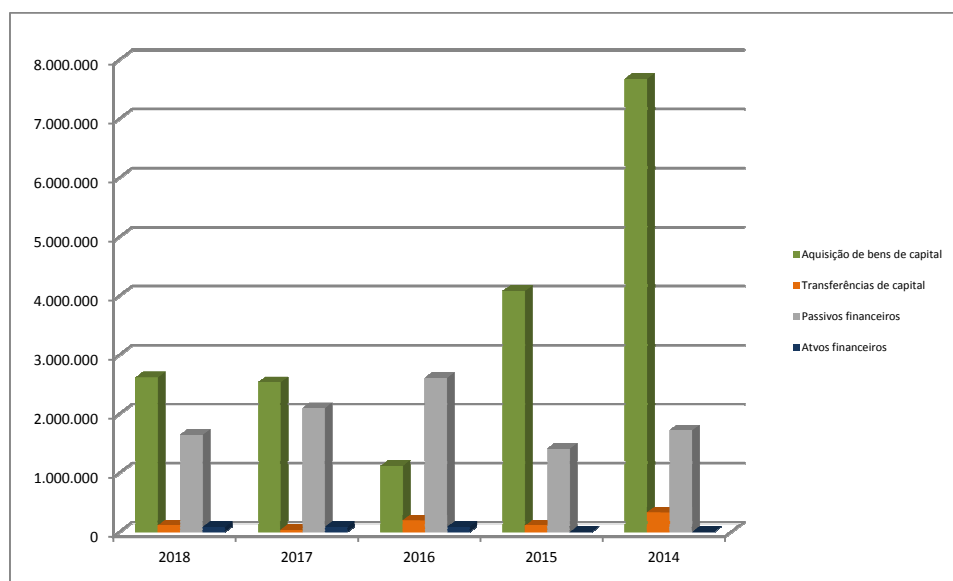
Designação	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2017-2016	Variação 2017-2016
	€						
Despesas com pessoal	5.187.918	4.911.518	4.588.262	4.553.877	4.619.676	5,63%	7,05%
Aquisição de bens e serviços	6.258.688	6.043.095	5.946.630	5.303.302	4.450.419	3,57%	1,62%
Juros e outros encargos	35.123	48.249	88.850	87.230	115.515	-27,20%	-45,70%
Transferências correntes	1.335.192	1.370.854	1.163.059	1.164.926	922.319	-2,60%	17,87%
Outras Despesas Correntes	346.858	431.440	332.339	330.472	348.876	-19,60%	29,82%
Total das despesas correntes	13.163.781	12.805.156	12.119.140	11.439.807	10.456.804	2,80%	5,66%
Aquisição de bens de capital	3.118.274	2.620.669	2.536.361	1.119.729	4.084.122	18,99%	3,32%
Transferências de capital	116.919	111.307	35.063	195.848	111.458	5,04%	217,45%
Ativos financeiros	65.407	87.209	87.209	87.209	0	-25,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.856.212	1.649.315	2.099.170	2.612.845	1.411.464	12,54%	-21,43%
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0		
Total das despesas de capital	5.156.812	4.468.500	4.757.803	4.015.631	5.607.044	15,40%	-6,08%
Total geral	18.320.593	17.273.656	16.876.943	15.455.439	16.063.849	6,06%	2,35%



Evolução da Despesa Corrente



Evolução da Despesa de Capital



Para avaliação da estrutura da despesa são apresentados dois quadros esclarecedores quanto à despesa prevista e paga e à evolução da despesa realizada nos 2014/2018.

No ano de 2018 a despesa executada foi de 82,85%, comparativamente ao orçamento final.

A taxa de execução efetiva da Despesa Corrente fixou-se em 93,01%. Os diversos agrupamentos da Despesa Corrente atingiram taxas de execução aproximadas, oscilando entre 76,34% nos juros e outros encargos e 99,25% nas despesas com pessoal.

O nível de execução da Despesa Corrente contribui para o aumento da taxa de execução global da despesa e representou 72% do total da despesa paga.



A taxa de execução efetiva da Despesa Capital fixou-se em 64,79%.

Analisando o quadro da evolução da despesa, verifica-se em 2014 a despesa global diminuiu para 16,03 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 5,1 milhões de euros face ao ano de 2013. No exercício de 2015 a despesa global atingiu o montante de 15,45 milhões de euros, o que significa uma diminuição de 608 mil euros face ao ano anterior. No exercício de 2016 a despesa global atingiu o valor de 16,88 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1 milhão e 421 mil euros face aos valores registados no ano anterior.

A Despesa Corrente do exercício 2017 aumentou 686 mil euros face a 2016. A Despesa Capital, por seu lado, regista uma diminuição de cerca de 289 mil euros. No ano de 2017 a despesa com pessoal aumentou 323.256 euros em relação ao período homólogo de 2016. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 63% da despesa total e 85% da Despesa Corrente.

No exercício de 2018 a despesa corrente aumentou 358 mil euros face a 2017. A Despesa Capital, por seu lado, regista também um aumento de cerca de 688 mil euros. No ano de 2018 a despesa com pessoal aumentou 276.400 euros em relação ao período homólogo de 2017. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 62% da despesa total e 87% da Despesa Corrente.

Evolução das despesa com pessoal

Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2018/2017	Variação 2017/2016	Variação 2016/2015
	€									
Membros dos órgãos autárquicos	157.127	138.492	127.026	74.599	74.198	114.843	94.988	13,46%	9,03%	70,28%
Pessoal dos quadros	2.580.123	2.409.572	2.338.062	2.310.601	2.377.794	2.447.725	2.477.108	7,08%	3,06%	1,19%
Pessoal contratado a termo	192.320	173.488	142.095	154.650	130.899	155.290	188.970	10,85%	22,09%	-8,12%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	193.771	192.470	139.370	96.569	140.273	115.727	95.096	0,68%	38,10%	44,32%
Pessoal aguardando aposentação	415	837	1.753	12.300	21.183	1.550	3.597	-50,39%	-52,22%	-85,75%
Pessoal em qualquer outra situação	58.991	48.334	54.168	110.576	85.402	29.943	41.300	22,05%	-10,77%	-51,01%
Representação	47.348	44.654	38.356	24.959	26.949	31.223	35.496	6,03%	16,42%	53,68%
Subsídio de refeição	263.985	244.904	224.436	236.414	238.521	244.033	251.541	7,79%	9,12%	-5,07%
Subsídio de férias e de Natal	499.954	471.634	440.295	468.565	468.510	465.086	209.812	6,00%	7,12%	-6,03%
Horas extraordinárias	19.889	24.773	17.771	9.624	12.438	16.534	16.500	-19,71%	39,40%	84,66%
Ajudas de custo	4.168	5.740	1.519	2.140	2.033	5.175	4.697	-27,40%	277,80%	-28,99%
Abono para falhas	7.401	7.441	7.091	6.478	6.174	6.507	6.455	-0,55%	4,94%	9,47%
Subsídio de turno/noturno	14.416	13.284	12.795	14.165	15.448	16.269	16.104	8,52%	3,82%	-9,67%
Indemnizações por cessação de funções	8.487	7.754	5.797	1.174	6.422	10.491	11.347	9,46%	33,76%	393,87%
Outros suplementos e prémios	18.492	16.655	17.696	22.861	28.828	14.228	21.256	11,03%	-5,89%	-22,59%
Segurança social	1.079.672	1.070.185	978.732	971.079	955.490	883.225	754.404	0,89%	9,34%	0,79%
Seguros	41.359	41.300	41.300	37.125	29.112	36.544	39.871	0,14%	0,00%	11,25%
Total	5.187.918	4.911.518	4.588.263	4.553.877	4.619.676	4.594.390	4.268.542	5,63%	7,05%	0,76%

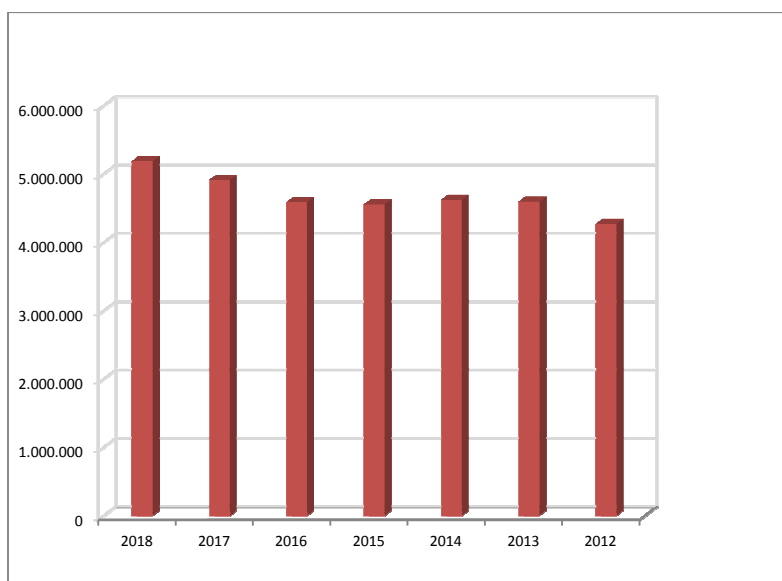


No ano 2018, regista-se um aumento das despesas com pessoal de cerca de 276 mil euros, justificado, essencialmente pelo aumento do número de trabalhadores e consequente aumento dos encargos com remunerações e respetivos encargos indiretos (segurança social/CGA). Registe-se que a reversão das reduções remuneratórias e o descongelamento das alterações remuneratórias teve também impacto no aumento das despesas com pessoal no exercício de 2018.

Evolução do número de trabalhadores

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Número de trabalhadores (Balanço Social)	274	262	250	255	269	257	262	273	294	307	325
Pessoal não docente transferido e afeto a atividades no âmbito da Educação pagos pelo Ministério da Educação	-65	-62	-56	-55	-62	-42	-43	-44	-41	-36	-37
Número trabalhadores excluindo pessoal pago pelo Ministério da Educação	209	200	194	200	207	215	219	229	253	271	288

Despesas com pessoal





VI - Análise da situação económica e financeira

Estrutura do balanço

Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 2018/ 2017	Variação 2017/ 2016
	€							
Imobilizado	148.012.306	148.871.763	149.175.579	151.282.376	153.732.824	154.640.836	-0,58%	-0,20%
Existências	44.571	38.496	36.943	44.951	43.433	68.794	15,78%	4,20%
Dívidas de terceiros	626.289	614.576	810.672	1.591.704	3.372.682	14.236.482	1,91%	-24,19%
Disponibilidades	2.156.596	1.165.581	881.447	994.108	1.005.644	1.006.593	85,02%	32,23%
Acréscimos e diferimentos	5.962.905	6.053.526	5.946.491	5.414.675	5.354.449	3.596.919	-1,50%	1,80%
Total do ativo líquido	156.802.666	156.743.942	156.851.132	159.327.814	163.509.034	173.549.624	0,04%	-0,07%
Fundos próprios	118.733.492	118.635.394	118.178.062	117.731.037	117.596.111	113.718.222	0,08%	0,39%
Passivo a médio e longo prazo	3.866.677	4.895.227	5.013.677	6.000.794	7.617.031	8.874.991	-21,01%	-2,36%
Passivo a curto prazo	2.440.307	2.104.134	2.216.188	2.156.067	2.903.122	4.269.781	15,98%	-5,06%
Acréscimos e diferimentos	31.762.190	31.109.187	31.443.205	33.439.916	35.392.770	46.686.630	2,10%	-1,06%
Total dos fundos próprios e do passivo	156.802.666	156.743.942	156.851.132	159.327.814	163.509.034	173.549.624	0,04%	-0,07%

Note-se que o passivo inclui o lançamento da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 65.406,75€, o qual inclui 43.605€ que constitui passivo de curto prazo e 21.801,75€ que constitui passivo de médio e longo prazo. Este montante do FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No final do exercício económico de 2018 o imobilizado líquido cifrou-se em 148 milhões de euros, deduzido das amortizações, reintegrações e provisões.

Relativamente ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, confirma-se a predominância do ativo fixo na estrutura do balanço, representando, em 31 de dezembro de 2018, 95% do total do ativo líquido.

Em 2018 os Acréscimos e Diferimentos (ativos) totalizaram 5.962.905€ milhões de euros, sendo que 5.950.189€ respeita ao reconhecimento de acréscimos de proveitos e 12.715€ constituiu custos diferidos.

Os acréscimos de proveitos referidos anteriormente acolheram, essencialmente, proveitos referentes a impostos diretos, rendas a receber e dividendos a ser reconhecidos no exercício 2018, cuja receita virá a realizar-se no exercício seguinte.

Os fundos próprios do Município totalizaram 118 milhões de euros, refletindo um aumento 98.099€ face ao período homólogo.

O passivo de MLP diminuiu cerca de 1 milhão de euros relativamente a 2017, quando em 2017 tinha diminuído 118 mil euros, em 2016 cerca de 1 milhão de euros e em 2015 já tinha diminuído -1,6 milhões de euros relativamente a 2014, que significa que a dívida de médio e longo prazo desceu mais de 65% se compararmos os valores registados em 2018 face aos registados em 2012, que atingiu o valor de 11.209.653€.



O passivo de MLP prazo apresenta em 2018 o valor mais baixo dos últimos anos em análise, apesar de incluir 21.801,75€ referentes ao FAM.

O passivo de CP registou um aumento de cerca de 336 mil euros face ao exercício de 2017. Este aumento é justificado pelo reforço das provisões para riscos e encargos no valor de 255.467,24€ para fazer face a contingências futuras. Esta rubrica incorpora, para além das dívidas a terceiros, as provisões para riscos e encargos, os saldos de operações não orçamentais, (cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e as receitas destinadas ao Estado e a outros entes públicos). É de salientar que o passivo de CP inclui 43.605€ relativo à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), muito embora este não releve para o limite da dívida total.

O valor registado em Acréscimos e Diferimentos (passivos) no valor de 31,7 milhões de euros, diz respeito a acréscimos de custos (743 mil de euros) a reconhecer nos exercícios seguintes, bem como a proveitos diferidos (31 milhões de euros). Em resultado da especialização dos exercícios, foram contabilizados como acréscimos de custos, responsabilidades com subsídios de férias e o direito a férias do pessoal da autarquia bem como juros a liquidar resultantes do serviço da dívida de empréstimos bancários.

Os Proveitos Diferidos (31 milhões de euros) não constituem um passivo exigível, pois trata-se efetivamente de subsídios ao investimento recebidos pelo Município, cujos proveitos serão reconhecidos em anos futuros, na proporção das depreciações e amortizações dos investimentos objeto de subsídios.

Análise da demonstração de resultados

Demonstração de resultados

Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	Peso 2018	Variação 2018 2017	Variação 2017 2016
	€							
Custos e perdas								
Custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas	362.470	365.798	409.309	282.906	280.153	2,11%	-0,91%	-10,63%
Fornecimentos e serviços externos	5.705.272	5.414.036	4.917.381	4.612.040	4.148.299	33,16%	5,38%	10,10%
Custos com o pessoal	5.158.185	4.922.083	4.669.911	4.501.178	4.642.764	29,98%	4,80%	5,40%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.549.013	1.611.099	1.423.281	1.530.514	957.788	9,00%	-3,85%	13,20%
Amortizações do exercício	3.479.480	3.400.431	3.358.033	3.395.973	3.412.587	20,22%	2,32%	1,26%
Outros custos operacionais	99.849	74.570	54.687	43.641	57.516	0,58%	33,90%	36,36%
Custos e perdas financeiros	45.017	65.550	92.494	93.686	136.592	0,26%	-31,32%	-29,13%
Custos e perdas extraordinários	626.409	582.660	336.931	718.702	885.722	3,64%	7,40%	72,93%
Total	17.025.695	16.436.226	15.262.027	15.178.641	14.521.421	98,94%	3,58%	7,69%
Proveitos e ganhos								
Vendas e prestações de serviços	3.299.910	3.321.433	3.240.017	3.309.917	2.931.961	19,18%	-0,65%	2,51%
Impostos e taxas	7.331.705	6.333.171	5.728.801	5.396.893	5.373.204	42,61%	15,77%	10,55%
Proveitos suplementares	55	128	90	11.280	134	0,00%	-57,03%	42,22%
Transferência e subsídios obtidos	4.970.779	4.968.500	4.707.253	4.786.324	4.663.625	28,89%	0,05%	5,55%
Outros proveitos e ganhos operacionais	11.376	7.065	5.640	5.138	221	0,07%	61,04%	25,26%
Proveitos e ganhos financeiros	106.427	123.541	166.894	204.373	362.194	0,62%	-13,85%	-25,98%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.487.157	1.825.535	1.623.541	1.599.641	1.375.141	8,64%	-18,54%	12,44%
Total	17.207.409	16.579.374	15.472.237	15.313.566	14.706.480	100,00%	3,79%	7,16%
Resultado líquido do exercício	181.714	143.147	210.210	134.926	185.059	1,06%	27,37%	-31,90%



No exercício os custos operacionais totalizaram 16,3 milhões de euros. **A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que registou um aumento de 291 mil euros em 2017**, tem absorvido uma parcela importante dos custos operacionais, ao longo dos anos em análise. Incluem-se nestes custos os fornecimentos de serviços assegurados por empresas de especialidade, no âmbito da limpeza urbana, do tratamento de resíduos sólidos, de refeições escolares e de fornecimento de energia.

As Amortizações do Exercício, no valor de 3,4 milhões de euros, registaram um valor semelhante ao do ano anterior. Na estrutura dos proveitos operacionais as rubricas de impostos e taxas e de transferências e subsídios obtidos, em conjunto, representaram 72% do total apurado.

Da relação custos/proveitos obteve-se no exercício económico de 2018 o apuramento de um Resultado Líquido positivo de 181.713,81 euros.

Análise da dívida

Tipos de Dívida	Capital em dívida em 31/12/2018	Capital em dívida em 31/12/2017	Variação 2018 2017	Capital em dívida em 31/12/2017	Capital em dívida em 31/12/2016	Variação 2017-2016	Capital em dívida em 31/12/2016	Capital em dívida em 31/12/2015	Variação 2016 2015
	€			€			€		
Médio e Longo Prazo	3.844.876	4.611.795	-0,17	4.611.795	4.664.839	-1,14%	4.664.839	5.564.746	-16,17%
Empréstimos bancários	3.844.876	4.611.795	-0,17	4.611.795	4.664.839	-1,14%	4.664.839	5.361.686	-13,00%
Locação Financeira	0	0	0,00	0	0		0	0	
Outros (EDP)	0	0	0,00	0	0		0	203.060	-100,00%
Curto Prazo	687.186	720.564	-0,05	720.564	1.080.125	-33,29%	1.080.125	855.622	26,24%
Fornecedores	687.186	720.564	-0,05	720.564	1.080.125	-33,29%	1.080.125	855.622	26,24%
Total	4.532.061	5.332.359	-0,15	5.332.359	5.744.963	-7,18%	5.744.963	6.420.368	-10,52%

* Na dívida a fornecedores está excluída a dívida a outros credores que não são fornecedores, no montante de 287.347,95€

Na análise da dívida não é considerada a contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 65.407€, o qual inclui 21.802€ que constitui passivo de curto prazo 43.605€ que constitui passivo de médio e longo prazo, uma vez que este montante não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

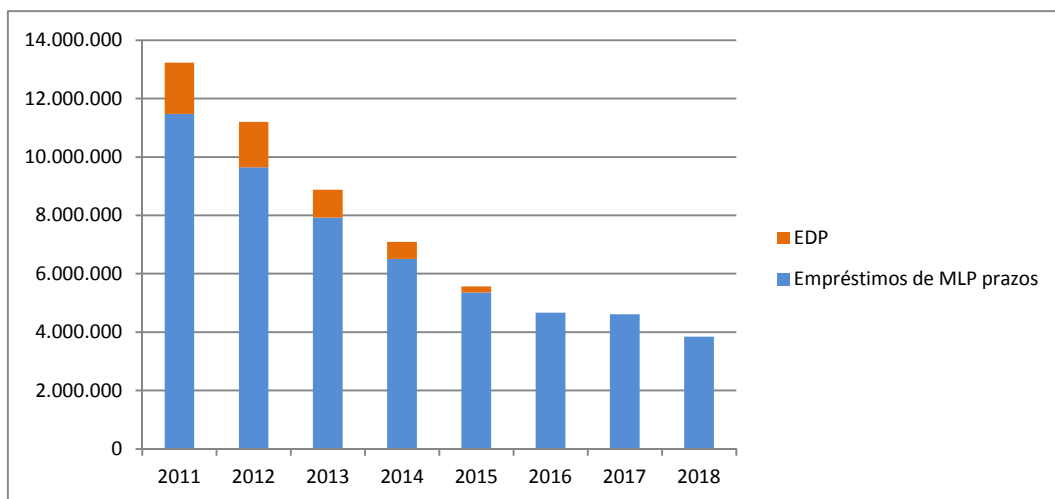
Assim, a 31 de dezembro de 2018 a dívida total do Município a terceiros apresentou um valor de 4,5 milhões de euros (-800 mil euros face a 2017), sendo constituída em 85% por dívida de médio e longo prazo e em 15% por dívida de curto prazo.

A dívida de MLP decresceu 766 mil euros em 2018 face aos valores registados em 2017.

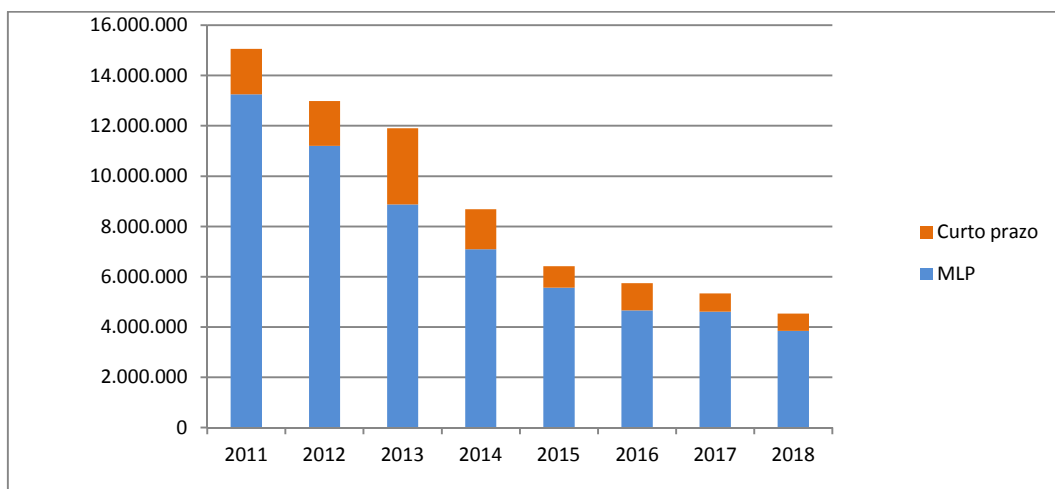
Os gráficos abaixo apresentam a análise da dívida de médio e longo prazo e da dívida total dos anos 2012 a 2017, sendo evidente a diminuição significativa da dívida nos últimos anos.



Evolução da dívida de M/L prazo



Evolução da dívida total de MLP e dívida de CP





Dívida bancária

Dívida	Capital em dívida em 31/12/2018	Capital em dívida em 31/12/2017	Capital em dívida em 31/12/2016	Capital em dívida em 31/12/2015	Capital em dívida em 31/12/2014	Capital em dívida em 31/12/2013	Capital em dívida em 31/12/2012
€							
Empréstimos de MLP prazos	3.844.875	4.611.795	4.664.839	5.361.686	6.514.531	7.927.631	9.649.327
Contratos de locação financeira	0	0	0	0	0	3.041	8.923
Total	3.844.875	4.611.795	4.664.839	5.361.686	6.514.531	7.930.672	9.658.250

O capital em dívida de empréstimos bancários cifrou-se em 3,844 milhões de euros, menos 766 mil euros do valor registado no final do exercício de 2017. Note-se que apesar da utilização do capital dos empréstimos contratualizados em 2016, foi possível reduzir a dívida em empréstimos bancários. O esforço do Município na diminuição deste tipo de dívida está patente no quadro abaixo que demonstra o pagamento de mais de 1,2 milhões de euros em serviço da dívida.

Serviço da dívida de empréstimos bancários

Serviço da dívida MLP	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
€							
Juros	33.901	35.866	43.612	63.079	90.507,04	101.902	189.650
Amortizações	1.256.212	1.049.315	1.099.170	1.152.845	1.413.099,71	1.721.696	1.829.592
Total	1.290.113	1.085.181	1.142.783	1.215.925	1.503.606,75	1.823.598	2.019.242

No final de 2018 o serviço da dívida MLP totalizou 1,290 milhões de euros, o que significa que em 2018 o Município aumentou em 204 mil euros as despesas com serviço de dívida quando comparado com valores do ano 2017.

Endividamento municipal

Até 2011, o limite de endividamento líquido (EL) era calculado tendo por base as receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativa aos anos anteriores. A margem sobre o EL era apurada tendo por base a diferença entre o valor de endividamento apurado e o limite calculado.

O endividamento de ML prazo para cada município tem sido calculado nos termos do artigo 37º da LFL, sendo que desde 2011 a contratação de novos empréstimos esteve limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios nos anos anteriores, proporcional à capacidade de endividamento disponível, para cada município, aferida nos termos da LFL e suas alterações.

O novo quadro normativo do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, veio alterar integralmente as regras de apuramento do endividamento, deixando o limite de ser apurado com base no endividamento líquido, para passar a ser apurado com base na dívida total.

Assim, com a entrada em vigor do referido diploma (1 de janeiro de 2014), o apuramento da dívida total está circunscrito à dívida de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º da referida Lei, não podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da Receita Corrente cobrada nos três exercícios anteriores.



Assim, apuramos, em primeiro lugar a dívida consolidada com as entidades participadas à data de 31 de dezembro de 2017.

Unid: euro

Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2017	
Total dívida de operações orçamentais Município	5.615.817
Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total	2.595.308
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2017	8.211.125

A aferição da margem de crescimento para 2018, encontra-se refletida nos quadros seguintes:

Unid: euro

Cálculo da média das receitas correntes líquidas		
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2015	13.455.660,27
	Receita corrente líquida cobrada 2016	13.736.556,84
	Receita corrente líquida cobrada 2017	14.609.497
Valor de referência		13.933.905
Limite máximo 150%		20.900.857

Assim, tendo em conta este limite, o grupo municipal poderia aumentar o seu endividamento até ao montante de 10.749.072€, conforme se pode aferir no mapa seguinte:

Unid: euro

Limites para 2018	
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2017	8.211.125
Margem total	12.689.732
Possibilidade de crescimento	2.537.946
Limite máximo final a 31/12/2018	10.749.072

O quadro seguinte apresenta o apuramento do limite total da dívida consolidada com as entidades participadas em 31 de dezembro de 2018:

Cálculo da dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018	
Dividas a Terceiros de MLP - EXCLUI FAM	3.844.875 €
Dividas a terceiros Curto Prazo CP - EXCLUI FAM	2.141.234
Total das Dívidas a terceiros	5.986.110
Operações não orçamentais (CP) - a excluir	1.166.700 €
Total dívida de operações orçamentais MUNICIPIO	4.819.409€
Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total	2.359.274,82 €
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018	7.178.684€



Assim:

Posição do Município à data de 31/12/2018 face ao limite apurado para 2018	
Limite máximo permitido para a dívida a 31/12/2018	10.749.072 €
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2018	7.178.684€
MARGEM A 31/12/2018	3.570.388,44

Verifica-se que o grupo municipal termina o ano de 2018 com uma margem de 3.570.388,44€ face ao limite máximo e apresenta uma dívida total abaixo da média das receitas líquidas cobradas, cumprindo, assim, integralmente a lei.

Para o ano de 2019:

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2018.

Limite Endividamento		Montante
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2016	13.736.556,84
	Receita corrente líquida cobrada 2017	14.609.497,14
	Receita corrente líquida cobrada 2018	15.890.309,15
Valor de referência		14.745.454,38
Limite máximo 150%		22.118.181,57

De acordo com as regras já mencionadas e tendo consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2018 e o limite máximo apurado, a margem de endividamento para 2019 afere-se no quadro seguinte:

Limites para 2019	
Dívida total a 31/12/2018	7.178.684
Margem total	14.939.498
Possibilidade de crescimento	2.987.900
Limite máximo final	10.166.583



Prazo Médio de Pagamento (PMP)

O cálculo do PMP tem como suporte a fórmula estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de fevereiro, que veio regulamentar o programa Pagar a Tempo e Horas, aplicado à administração central, às regiões autónomas, aos municípios e às empresas públicas, na qualidade de adquirentes de bens e serviços a fornecedores.

A fórmula atrás referida contempla no numerador o valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre e no denominador as aquisições de bens e serviços realizadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Através dos dados reportados pela autarquia no SIAL-Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) forneceu os seguintes resultados, quanto ao apuramento do PMP do Município de S. João da Madeira nos anos 2010/2016:

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de dias	98	78	49	49	31	71	39	38	27

Prazo médio de pagamentos de 2014 atualizado (face aos valores apresentados na prestação de contas de 2014) de acordo com informação disponível na DGAL.

Em 2018, conclui-se, **o prazo médio de pagamentos desce para 27 dias.**

VII - Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e em atenção ao relatório que antecede, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017 de **181.713,81** euros, tenha a seguinte aplicação:

- 9.085,69€ Reservas legais
- 172.628,12€ Resultados transitados

Propõe-se igualmente que seja aprovada, como revisão do orçamento de 2019, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2017, no montante de 989.895,22 euros, nos termos da a) do ponto 8.3.1.4 do POAL e em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



VIII - Anexo às demonstrações financeiras

Introdução

Para facilitar a compreensão das demonstrações financeiras exigidas no ponto 2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução nº4/2001, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, foram elaborados os anexos que se seguem, constituídos pela caracterização da entidade, as notas ao balanço e à demonstração de resultados e as notas sobre o processo orçamental.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em consideração os princípios contabilísticos consagrados no POCAL, de forma a assegurar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira.

De acordo com o princípio da continuidade estabelece-se uma correspondência entre os balanços finais de 2011 - 2012-2013 – 2014, 2014- 2015, 2015 – 2016, 2016-2017 e 2017-2018

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL. As notas cuja numeração se encontra omissa nestes anexos, ou não são aplicáveis ao exercício de 2014 ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 – Caracterização da entidade

O mapa de caracterização do Município de S. João da Madeira faz parte dos documentos de prestação de contas apresentados autonomamente.

2- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais tem como princípio a integração de três sistemas contabilísticos, designadamente da contabilidade orçamental, da contabilidade patrimonial e da contabilidade de custos.

O sistema de contabilidade de custos, instrumento indispensável à gestão autárquica, foi implementado em 2012.

2.2 Comparabilidade

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras. No apuramento da dívida consolidada foram consideradas as dívidas das seguintes participadas: AMTSM, , Energia, Associação de Caminhos de Fátima, Município e Sanjotec, conforme critérios previstos no art.º. 54º da 73/2013, de 3 de Setembro.

2.3 Critérios valorimétricos

A) Imobilizado

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, isto é, ao custo de aquisição ou de produção. O valor atribuído aos bens constantes do balanço inicial foi calculado segundo critérios técnicos adequados à sua natureza.

As amortizações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e segundo as taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 621/2000, de 17 de Abril.

A partir de 2011 o tempo de vida útil dos bens passou a ser contabilizado em meses (anteriormente calculado em anos) atribuindo-se, desta forma, maior rigor no cálculo das amortizações.

Os investimentos financeiros constituídos por partes de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

B) Ativo circulante

As existências foram registadas ao custo de aquisição e adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

C) Dívidas de e a terceiros



As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam. A rubrica de provisões para dívidas de cobrança duvidosa, foi utilizada para os encargos que podem tornar-se efetivos no futuro, em seguimento do princípio contabilístico da prudência. As provisões para riscos e encargos dizem respeito a montantes de indemnizações de processos judiciais em curso nos tribunais. As provisões para cobrança duvidosa dizem respeito a serviços de fornecimento de água, anteriores a 2003.

D) As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

E) Os acréscimos e diferimentos serviram para reconhecer as receitas e as despesas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, em obediência ao princípio da especialização do exercício.

2.7 Movimentos do ativo imobilizado-ativo bruto e amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas diversas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e as respetivas amortizações do exercício estão plasmados nos quadros seguintes:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências	Saldo final
	€					
Investimentos Financeiros	2.522.210		-218.025			2.304.184,50
Partes de capital	1.496.699,00					1.496.699,00
Obrigações e títulos de participação	610.465,71		-218.025,21			392.440,50
Outras aplicações financeiras	415.045,00					415.045,00
Imobilizações corpóreas	131.288.856,83		871.126,55	213.104,99	-1.372.820,53	133.319.698,92
Terrenos e recursos naturais	31.817.574,91		10.516,00	213.104,99	-202.254,36	31.817.240,28
Edifícios e outras construções	90.192.845,74		498.564,02		-1.194.656,86	91.886.066,62
Equipamento básico	4.232.110,31		207.782,14		1.931,05	4.437.961,40
Equipamento de transporte	1.196.019,93		28.043,38			1.224.063,31
Ferramentas e utensílios	287.347,15		7.206,54		42,39	294.511,30
Equipamento administrativo	1.973.326,67		93.601,26		18.689,08	2.048.238,85
Artigos e objetos de valor						
Outras imobilizações corpóreas	1.589.632,12		25.413,21		3.428,17	1.611.617,16
Imobilizações incorpóreas	1.512.597,86		158,16			1.512.756,02
Despesas de instalação	360.943,94					360.943,94
Despesas de investigação e de desenvolvimento	506.803,43					506.803,43
Propriedade industrial e outros direitos	644.850,49		158,16			645.008,65
Outras						
Imobilizações em curso	1.565.280,10		2.561.638,69		2.221.339,18	1.905.579,61
Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas	1.307.686,89		1.717.093,63		1.595.885,36	1.428.895,16
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	137.835,42		-137.835,42			0,00
Imobilizações em curso de bens de domínio público	119.757,79		982.380,48		625.453,82	476.684,45
Bens do domínio público	64.024.260,9		5.799,45		437.846,05	64.467.906,19
Terrenos e recursos naturais	18.801.232,05					18.801.232,05
Outras construções e infraestruturas	45.223.028,64		5.799,45		437.846,05	45.666.674,14
Total	200.913.205,19		3.220.697,64	213.104,99	1.286.364,70	203.510.125,24



A análise do imobilizado bruto permite avaliar com mais detalhe os aumentos e as reduções verificadas nas diversas rubricas que compõem o ativo do município.

O saldo do ativo bruto a 31 de Dezembro de 2018 registou um aumento de 2.596.920€ face ao saldo inicial do mesmo ano.

O crescimento do imobilizado está sobretudo associado ao aumento do imobilizado corpóreo.

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
	€			
De imobilizações corpóreas	28.664.498,36	2.097.029,63	23.101,98	30.738.426,01
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	21.079.098,86	1.655.484,02		22.734.582,88
Equipamento básico	3.215.971,30	297.839,61	1.401,70	3.512.409,21
Equipamento de transporte	1.113.318,40	41.193,65		1.154.512,05
Ferramentas e utensílios	271.011,32	5.686,12	12,47	276.684,97
Equipamento administrativo	1.834.871,15	60.613,67	18.268,17	1.877.216,65
Outras imobilizações corpóreas	1.150.227,33	36.212,56	3.419,64	1.183.020,25
De imobilizações incorpóreas	1.184.306,13	98.488,29		1.282.794,42
De bens de domínio publico	22.192.637,44	1.283.961,70		23.476.599,14
Total	52.041.441,93	3.479.479,62	23.101,98	55.497.819,57

As amortizações de imobilizações corpóreas atingiram 2 milhões de euros e representaram 60% das amortizações totais do exercício, sendo que as amortizações registadas na rubrica de edifícios e outras construções foram responsáveis por 79% das amortizações do imobilizado corpóreo e por 48% das amortizações totais.

2.8 Movimentos desagregados do ativo imobilizado

A desagregação do ativo imobilizado pelas rubricas de edifícios, outras construções e viaturas, integra o volume autónomo dos documentos de prestação de contas, contendo a descrição do ativo imobilizado, os valores e datas de aquisição e de reavaliação, as taxas de amortização, as amortizações do exercício e as acumuladas, as alienações, as transferências, os abates no exercício e os respetivos valores líquidos patrimoniais. A relação dos bens imóveis abatidos faz parte do volume autónomo.



2.12 Imobilizações corpóreas e em curso

Imobilizações em poder de terceiros

Nº. Bem	Cedência	Objeto	Entidade	Valor Patrimonial
				€
24021	Parcela Terreno entre as Ruas Vale Vouga e Vale de Cambra	Creche/ Ludoteca	Santa Casa Misericórdia de S. João Madeira	209.880
20935	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Estação serviço combustível	Shell Portuguesa, S.A	411.700
21121	Parcela Terreno na Praça 25 de Abril	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	0
21127	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	18.147
24230	Parcela Terreno na praçeta Júlio Dinis	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	29.623
24362	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Passagem superior	Sierra Management Portugal - Gestão Centros Comerciais, S.A	242.210
24513	Fração A sita na Rua Alão de Morais-r/c piso 0	Funções sociais	Cerci S. João Madeira	100.866
25667	Parcela Terreno	Centro incubação empresas	Sanjotec - Associação Científica e Tecnológica	711.000
25083	Edifício da Guarda Nacional Republicana	Destacamento da GNR	Estado - Guarda Nacional Republicana	306.272
25014	Polidesportivo de Fundo de Vila	Prática desportiva	Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila	71.998

As parcelas de terrenos foram cedidas pelo Município através de contratos de cedência de direito de superfície.

As cedências das instalações à CERCI e ao Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila, foram tituladas por contratos, em regime de comodato.

2.16 Entidades participadas

Designação	Parcela detida (%)	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Águas do Douro e Paiva, S.A a)	0,37%	30.587.927	903.856
Águas de S. João, E.M, S.A.	51%	1.752.070	325.769
Associação de Município de Terras de Santa Maria	20%	3.770.702	128.334
Centro Tecnológico de Calçado	0,53%	2.681.260	124.095
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	0,85%	43.658.508	90.068
HABITAR S. João, E.M.	100%	305.358	1.359
Municípiã-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	0,16%	3.342.948	6.093
Sanjotec-Associação Científica e Tecnológica	71,68%	8.443.640	14.157
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	4,80%	271.772	32.043
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais de Terras de Santa Maria, EIM (c)		3.058.911	823
Fundo de Apoio Municipal	0,09%	417.857.175	4.333.433

c) Percentagem indireta por adesão através da Associação de Municípios Terras de Santa Maria



2.26. Contas de ordem

A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções rececionadas e prestadas faz parte do volume de documentos de prestação de contas apresentado autonomamente.

Garantias e cauções de terceiros				<i>Unid: euro</i>
Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções de terceiros prestadas	4.186.487		157.337	4.293.812
Garantias e cauções de terceiros devolvidas		50.011		
Garantias e cauções de terceiros acionadas				

As contas de garantias prestadas por terceiros têm como finalidade contabilizar factos que não produzem alterações patrimoniais no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. Estas cauções foram prestadas para garantir o cumprimento de condições contratuais relacionadas de fornecimentos de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas.

Garantias e cauções a favor de terceiros

				<i>Unid: euro</i>
Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções a terceiros prestadas	395.381			269.896
Garantias e cauções a terceiros devolvidas			125.485	

2.27. Provisões

Provisões acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
	€			
Provisão para cobranças duvidosas	199.297	135.179		334.475
Provisão para riscos e encargos	49.358	255.467	49.358	255.467

8.2.7. – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Face à comunicação do mandatário judicial sobre o andamento dos processos judiciais, e perante a avaliação sumária dos mesmos, fundamos a convicção de que não resulta, na generalidade dos processos, um risco elevado para o Município de condenação e por conseguinte de indemnização. Relativamente aos processos em que não foi possível assegurar um risco não negligenciável foram constituídas provisões no montante de 255.467 €.



2.28. Movimentos nas contas de fundos próprios

Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
		€			
51	Património	106.384.589	122.147	122.087	106.384.649
56	Reservas de reavaliação	35.100			35.100
571	Reservas legais	63.988	7.157		71.146
575	Subsídios	2.656.530			2.656.530
576	Doações	234.595	86.806		321.401
577	Reservas decorrentes de transferências ativos	4.517.989			4.517.989
578	Cedência por permuta	1.355.506			1.355.506
59	Resultados transitados	3.243.949	135.990	170.480	3.209.458
88	Resultado líquido em exercício	143.147	38.567		181.714
Total		118.635.394			118.733.492

571 - Reservas legais

De acordo com o número 2.7.3.5 do POCAL e independentemente do disposto no nº 2.7.3.4, deve a autarquia local constituir o reforço anual da conta 571 Reservas legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, quando este for positivo e mesmo que o resultado transitado seja negativo.

59 - Resultados transitados

A conta 59 acolhe, nos termos legais, o montante de 135.990,03 euros do resultado líquido do exercício de 2017.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2018	2017	Variação 2018/2017
	€		
Existências Iniciais	38.496,16	36.943	1.553
Compras	356.661,94	367.828	-11.166
Regularização de existências	-3.006,25	-478	-2.528
Existências finais	44.570,69	38.496	6.075
Custos no exercício	347.581,16	365.798	-18.217

Os custos das matérias-primas no fim do exercício registaram uma diminuição de 18.217€ face ao valor inicial, resultante da conjugação das existências iniciais, aumento das compras e das existências finais. As regularizações das existências são saldadas em função do sistema de inventário permanente tendo em conta os proveitos resultantes de bónus ou os custos de quebras.



2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
Juros suportados	36.164	48.797	Juros obtidos	1.830	2.897
Provisões para aplicações financeiras			Rendimentos de imóveis		
Outros custos e perdas financeiras	8.853	16.752	Rendimentos de participações de capital	104.554	120.494
Resultados Financeiros	61.410	57.992	Ganhos alienação aplicações de tesouraria		
			Outros proveitos e ganhos financeiros	44	150
Total	106.427	123.541	Total	106.427	123.541

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
Transferências de capital concedidas	118.244	111.985	Restituição de impostos		
Perdas em existências	3.006	478	Ganhos em existências		
Perdas em imobilizações	56.950	16.439	Ganhos imobilizações	237.343	27.037
Multas e penalidades			Benefícios penal. contratuais	27.132	18.302
Aumentos amortizações provisões	390.646		Reduções amortizações provisões	49.358	
Correções relativas a exercícios anteriores	24.058	346.419	Correções exercícios anteriores	140.588	450.469
Outros custos e perdas extraordinários	33.504	107.338	Outros prov. e ganhos extraordinários	1.032.735	1.329.727
Resultados extraordinários	860.747	1.242.875			
Total	1.487.156	1.825.535	Total	1.487.156	1.825.535



3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

As Modificações ao orçamento fazem parte dos anexos às notas ao processo orçamental e respetiva execução, do volume de documentos de prestação de contas, elaborados em conformidade com o estipulado no POCAL, constituídos pelas alterações e revisões realizadas à receita, à despesa e ao PPI na gerência de 2018.

3.3 – Contratação administrativa

A contratação administrativa faz parte dos anexos às demonstrações financeiras, do volume de documentos de prestação de contas e descreve os contratos escritos celebrados com terceiros, durante a gerência de 2018 e os com execução financeira em 2018, contratados em anos anteriores. Os contratos são descritos por natureza conforme se trate de empreitadas de obras públicas, gestão de serviços públicos, prestação de serviços e aquisição de bens, identificando o valor da adjudicação, os montantes dos pagamentos efetuados na gerência e os valores dos pagamentos acumulados de exercícios anteriores.

8.3.4 - Mapa das transferências e subsídios

Constituem os anexos às demonstrações financeiras os mapas das transferências e subsídios concedidos e obtidos, constantes dos documentos de prestação de contas.

8.3.6.1 Endividamento/Empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Capital		Encargos			Dívida em 1 de Janeiro 2018	Valor em dívida a 31 de Dezembro 2018
	Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total		
Caixa Geral de Depósitos							
Processo n.º 0735/000941/991	1.155.286	1.142.440	13.950,46	712,03	14.662,49	107.001,21	93.050,75
Processo n.º 0735/000946/091	4.512.555	4.092.225	176.976,58	0,00	176.976,58	1.415.812,58	1.238.836,00
Processo n.º 9015/005785/691	900.000	900.000	57.506,55	0,00	57.506,55	57.506,55	0,00
Processo n.º 9015/008466/791	1.685.574	1.059.695	45.796,39	10.593,80	56.390,19	882.467,67	1.013.898,71
Banco BPI							
Nova Escola Básica SJM	766.037	732.704	97.229,80	1.297,49	98.527,29	146.251,08	49.021,28
Projetos de Investimento 2016	209.649	207.289	17.470,64	2.255,63	19.726,27	193.470,08	189.818,76
Projetos de Investimento 2016	1.810.000	526.895	251.322,14	2.910,65	254.232,79	322.656,80	275.572,77
Projetos cofinanciados	479.583	94.008	0,00	46,32	46,32	0,00	94.007,84
BBVA							
Escola dos Ribeiros	184.480	156.172	17.352,48	345,73	17.698,21	43.381,19	26.028,71
Casa das Artes e da Criatividade	1.060.787	1.060.787	117.865,24	2.584,05	120.449,29	324.129,24	206.264,00
Sanjonet - Rede de Inovação e Competitividade	1.083.600	1.083.600	120.400,00	2.922,94	123.322,94	361.200,00	240.800,00
Bankinter, S.A	586.378	586.378	75.743,59	4.603,00	189.931,48	597.918,79	417.576,90
	800.000	800.000	104.598,30	4.986,59			
Administrações Públicas							
	800.000	800.000	160.000,00	643,44	160.643,44	160.000,00	0,00
Total	16.033.929	13.242.194	1.256.212,17	33.901,67	1.290.113,84	4.611.795,19	3.844.875,72



3.6.2 – Outras dívidas a terceiros

O mapa das outras dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo apresenta-se desagregado segundo as rubricas do balanço e faz parte dos documentos de prestação de contas.